

PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO ACRE E OS DESAFIOS QUE IMPEDEM A PROMOÇÃO DE UM ENSINO DE QUALIDADE

PANORAMA COUNTRYSIDE EDUCATION IN THE STATE OF ACRE AND THE CHALLENGES THAT PREVENT THE PROMOTION OF QUALITY EDUCATION

PANORAMA DE LA EDUCACIÓN RURAL EN EL ESTADO DE ACRE Y LOS DESAFÍOS QUE IMPIDEN LA PROMOCIÓN DE UNA EDUCACIÓN DE CALIDAD

Mauro Sérgio Ferreira da Cruz¹

RESUMO: Com o propósito de analisar os desafios que impedem a promoção de um ensino de qualidade nas escolas do campo localizadas no estado do Acre, destacaremos a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais eficazes. Estas políticas devem garantir o direito a uma educação verdadeiramente voltada para o contexto do campo, preocupada com o jeito de ensinar e respeitando a singularidade dos sujeitos que vivem no e do campo na sua trajetória formativa escolar. Para fundamentar este estudo, adotar-se-á um percurso metodológico composto por levantamento bibliográfico, revisão da literatura e análise de documentos oficiais publicados em âmbito estadual e federal, relacionados ao objeto de estudo. Com essa abordagem qualitativa, almeja-se compreender profundamente a realidade da educação do campo no Acre e destacar a urgência de ações concretas que assegurem a melhoria substancial no processo de ensino-aprendizagem no interior desses importantes espaços escolares.

783

Palavras-chaves: Educação no Campo. Desafios. Ensino de Qualidade.

ABSTRACT: In order to analyze the challenges that prevent the promotion of quality education in rural schools located in the state of Acre, we will highlight the need to implement effective public educational policies. These policies must guarantee the right to an education truly focused on the context of the field, concerned with the way of teaching and respecting the uniqueness of the subjects who live in and from the field in their school training trajectory. To support this study, a methodological path will be adopted consisting of a bibliographic survey, literature review and analysis of official documents published at the state and federal levels, related to the object of study. With this qualitative approach, we aim to deeply understand the reality of rural education in Acre and highlight the urgency of concrete actions that ensure substantial improvement in the teaching-learning process within these important school spaces.

Keywords: Education in the Countryside. Challenges. Quality Education.

¹Mestre em Formação Docente pela UFAC, Especialista em Gestão Escolar pela PUC-GO, Licenciado em Filosofia pela PUC-PR, Licenciado em História pelo Centro Claretiano, Graduado em Teologia pela MARIANUM DE ROMA - ITÁLIA, Atualmente, trabalha como Coordenador Acadêmico do Curso de Teologia e Professor Titular de História da Igreja e História da Filosofia Medieval nos cursos de Teologia e Filosofia da Faculdade Diocesana São José - FADISI, Atua ainda na Extensão de Projetos Acadêmicos da Universidade Aberta do Acre - UAB/AC Polo Rio Branco.

RESUMEN: Con el objetivo de analizar los desafíos que impiden la promoción de una educación de calidad en las escuelas rurales localizadas en el estado de Acre, destacaremos la necesidad de implementar políticas públicas educativas eficaces. Estas políticas deben garantizar el derecho a una educación verdaderamente centrada en el contexto del campo, preocupada por la forma de enseñar y respetando la singularidad de los sujetos que viven en y del campo en su trayectoria de formación escolar. Para sustentar este estudio, se adoptará un abordaje metodológico consistente en un levantamiento bibliográfico, revisión de literatura y análisis de documentos oficiales publicados a nivel estatal y federal, relacionados con el objeto de estudio. Con este abordaje cualitativo, pretendemos comprender profundamente la realidad de la educación rural en Acre y destacar la urgencia de acciones concretas que garanticen una mejora sustancial en el proceso de enseñanza-aprendizaje dentro de estos importantes espacios escolares.

Palabras clave: Educación en el Campo. Desafíos. Educación de Calidad.

1 INTRODUÇÃO

A educação do campo no Acre enfrenta desafios significativos que impactam diretamente na oferta de um ensino de qualidade para os seus alunos. As inúmeras comunidades agrícolas, ribeirinhas e extrativistas espalhadas por todo o seu território, deparam-se com um cenário bem difícil, onde o isolamento geográfico, a escassez de recursos adequados, a precariedade das infraestruturas escolares e a limitada oferta de formação inicial e continuada aos docentes constituem obstáculos cruciais. Por isso, é necessário refletir sobre essas dificuldades e buscar alternativas que viabilizem uma educação do campo que priorize a qualidade do ensino e da aprendizagem, assegurando o desenvolvimento pleno e o potencial educacional de todos os que residem nas regiões rurais do estado.

Diante desta realidade, torna-se evidente que as medidas paliativas e superficiais já não são suficientes para lidar com as complexidades envolvidas. O momento exige uma mudança de rumos e a execução de políticas públicas abrangentes, alinhadas com as necessidades reais dos habitantes, professores e estudantes que residem no campo. Atuando assim, estaremos preparados para abrir um novo horizonte de oportunidades, superando de maneira eficaz os entraves diários e construindo um futuro promissor, onde a oferta de educação de qualidade no campo, especialmente nas terras acreanas, se torne uma realidade alcançável.

Neste sentido, com base nos estudos realizados por diversos pesquisadores, como Arroyo (2011), Caldart (2011), Castro (2009), Fernandes (2011), Hage (2005, 2014 e 2016) e outros, assim como nas análises dos resultados recentes dos censos socioeconômicos e escolares organizados pelos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foi possível realizar uma investigação relevante sobre o tema proposto.

Com o objetivo de fundamentar este trabalho com maior solidez, optou-se por adotar um percurso metodológico composto por levantamento bibliográfico, revisão da literatura disponível sobre o tema e a análise minuciosa dos documentos oficiais produzidos por órgãos públicos, tanto em âmbito federal quanto estadual. Esta abordagem qualitativa permitirá ao pesquisador compreender profundamente a realidade da educação do campo no Acre e ressaltar a urgência de ações concretas para assegurar um ensino com maior qualidade, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e atendendo às suas necessidades individuais e aspirações educacionais.

Portanto, espera-se que este estudo possa resgatar a relevância do campo e da educação a ele vinculada na agenda política do estado do Acre, estimulando novas reflexões e pesquisas que possam impulsionar melhorias no ensino oferecido dos estudantes que frequentam as escolas do campo, possibilitando o desenvolvimento sustentável de toda a região Amazônica e refletindo positivamente no futuro e na qualidade de vida de toda a sua população.

2 DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS QUE IMPACTAM NA QUALIDADE DE ENSINO NAS ESCOLAS DO CAMPO ACREANAS

2.1 A atual conjuntura socioeconômica acreana e os desafios desse cenário na vida da população

Localizado na Região Norte do Brasil, Amazônia Legal, o Acre se destaca como uma unidade da Federação Brasileira que abriga vastas áreas de florestas equatoriais preservadas. A sua economia é predominantemente voltada para atividades rurais, com ênfase na agricultura familiar e no extrativismo vegetal. As terras férteis do estado sustentam o cultivo diversificado de produtos como mandioca, banana e café, enquanto recursos naturais, como madeira, borracha, açaí e castanha-do-brasil, impulsionam a relevante atividade extrativista.

Não obstante a crescente urbanização nos últimos anos em seus 22 municípios, o território acreano ainda abriga uma significativa parcela de sua população em áreas rurais, onde habitam ribeirinhos, agricultores familiares, seringueiros, castanheiros, trabalhadores assalariados e povos indígenas. Essas comunidades desempenham um papel fundamental na conservação dos ecossistemas naturais e na preservação das culturas e tradições locais,

contribuindo de maneira ímpar para a diversidade e o equilíbrio socioambiental de toda a região Amazônica.

É imprescindível salientar que, apesar da abundante biodiversidade e riqueza em recursos naturais, o estado do Acre enfrenta desafios expressivos que englobam questões primordiais, como o estancamento do desenvolvimento econômico, a carência de infraestrutura adequada e a escassez de serviços básicos fundamentais para garantir a qualidade de vida de sua população – incluindo saúde, educação, moradia, saneamento, emprego e renda. Este cenário reflete uma profunda desigualdade social, caracterizada pela privação de direitos e oportunidades, resultando em um ciclo de adversidades que afeta a vida de inúmeras famílias.

De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em maio de 2023, o Acre registrou um total de 130 mil famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, recebendo um valor médio mensal de R\$ 708,47. Dentre os municípios do estado, a capital Rio Branco é a líder em número de famílias contempladas, com 43.710 beneficiários. Em seguida, vem Cruzeiro do Sul, com 13.995 famílias, Tarauacá, com 9.512 famílias, Sena Madureira, com 9.252 famílias e Feijó com 5.586 famílias (BRASIL, 2023).

Esses índices evidenciam a gravidade da situação de miséria enfrentada por muitas famílias acreanas, revelando as profundas desigualdades socioeconômicas que assolam a o estado. Com uma população estimada em 931.268 habitantes, cerca de 438 mil pessoas, correspondendo a aproximadamente 52,9% da população total, vivem abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2023).

Tais estatísticas evidenciam a dimensão do desafio que requer ações contundentes e urgentes para combater a pobreza e assegurar condições dignas de vida para essas famílias vulneráveis. Diante dessa situação alarmante, é essencial implementar políticas públicas inclusivas e focadas na redução das desigualdades socioeconômicas, priorizando os mais necessitados.

Neste sentido, ações voltadas para a criação de programas de educação, capacitação profissional e geração de empregos, especialmente em áreas rurais e comunidades tradicionais são primordiais. Um exemplo de iniciativa seria a expansão de escolas técnicas e profissionalizantes em regiões remotas do estado, proporcionando aos jovens acesso a qualificação para o mercado de trabalho local. Além de investimentos em projetos de

desenvolvimento sustentável, como a criação de cooperativas de manejo florestal comunitário, assegurariam a conservação dos recursos naturais e viabilizando fontes de renda para as comunidades.

Não se pode deixar de mencionar a importância de direcionar recursos para quem mais precisa, como é o caso do Bolsa Família, que já se mostrou eficaz em complementar a renda de famílias em situação de extrema pobreza, aliviando o impacto das desigualdades sociais.

A promoção do empoderamento das mulheres é ainda outra iniciativa importante por meio da oferta de programas direcionados à capacitação e apoio às mulheres empreendedoras, estimulando o desenvolvimento de negócios locais, contribuindo para a inclusão socioeconômica e valorizando o papel feminino na sociedade.

Com esforços coordenados e políticas sensíveis às necessidades da população, o Acre pode trilhar um caminho mais justo e próspero para todos os seus habitantes, alcançando um futuro de maior igualdade e bem-estar. Essas medidas, aliadas à execução de políticas públicas mais inclusivas, devem nortear os esforços para enfrentar a pobreza, garantir condições dignas de vida para as famílias vulneráveis no estado e reduzir as desigualdades socioeconômicas, priorizando quem mais precisa.

2.2 Desafios educacionais que afetam a aprendizagem dos alunos nas escolas do campo

Nesta conjuntura complexa, os efeitos mais prejudiciais se manifestam principalmente no campo educacional, impactando a vida e o desempenho escolar de centenas de estudantes matriculados nas redes públicas de ensino. Embora os investimentos realizados nos últimos anos na área educacional, as estatísticas e indicadores deixam claro que a situação ainda é extremamente crítica. Um exemplo que reforça essa realidade é o recente relatório divulgado pelo IBGE sobre a taxa de analfabetismo no país (07-06-2023). Apesar da redução da taxa de analfabetismo, de 12,1% em 2017 para 8,5% em 2022, o estado do Acre ainda apresenta a maior proporção de analfabetos na Região Norte (IBGE, 2023).

Esta realidade apenas evidencia a persistência do desafio de combater o analfabetismo no estado, especialmente entre as populações mais pobres e vulneráveis que residem em áreas periféricas, rurais e indígenas. Infelizmente, esses grupos têm sido negligenciados, desamparados e subjugados pelas autoridades públicas estaduais ao longo dos anos. Como ilustração deste cenário, basta observar os indicadores que revelam que a taxa de

analfabetismo entre os indígenas com 15 anos ou mais é de 76,7%, o que a coloca abaixo da média nacional de 90,4%. Esta estatística posiciona o estado em primeiro lugar no ranking das unidades da federação com a maior taxa de analfabetismo entre a população indígena (BORGES; SILVA e KOIFMAN, 2020, p. 2.242).

Nas áreas rurais, as escolas destinadas à educação de crianças, jovens e adultos enfrentam não somente obstáculos relativos ao acesso, mas também sofrem com a péssima infraestrutura escolar devido à falta de investimentos. Dados do Censo da Educação Básica de 2022, fornecidos pelo INEP, destacam essa problemática.

Os números indicam na prática uma realidade educacional bem difícil: apenas 5% dessas escolas possuem bibliotecas, meros 8% possuem laboratórios de informática, enquanto somente 3% contam com laboratórios de ciências, e somente 14% dispõem de salas de leitura. Quanto aos serviços básicos, somente 23% das escolas têm acesso a água tratada, enquanto 24% enfrentam a falta total de água. Além do mais, constata-se que 36% não têm acesso à energia elétrica e 44% não contam com rede de esgoto. O acesso à internet é limitado, sendo registrado em apenas 41% das escolas, das quais apenas 30% têm disponibilidade de banda larga (INEP, 2022).

As deficiências identificadas revelam os desafios encarados pelas escolas localizadas nas áreas rurais do estado, e os resultados educacionais refletem esta realidade, como mostrado pelos dados recentes do INEP/SAEB referentes ao ano letivo de 2021. Como evidência, cerca de 20% dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental apresentam desempenho insuficiente em língua portuguesa. No 9º ano, em 19 dos 22 municípios acreanos, menos de 20% dos alunos apresentam um desempenho satisfatório em matemática. No ensino médio, uma parcela significativa dos alunos enfrenta dificuldades substanciais, com 31% obtendo resultados insatisfatórios em língua portuguesa e expressivos 58% em matemática (INEP, 2021a).

Examinar minuciosamente essas estatísticas é uma tarefa importante para compreender os problemas enfrentados por professores e alunos nessas escolas do campo. A falta de investimentos revela efeitos restritivos dos ambientes escolares inadequados no potencial educacional dos alunos, prejudicando a aquisição de habilidades fundamentais para o aprendizado.

Merece ainda especial atenção os indicadores referentes às taxas de rendimento (que engloba reprovação e abandono escolar) e a distorção idade-série (indicativa de atraso escolar

de 2 anos ou mais). Ao observar os dados mais atuais apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), fica evidente que o panorama escolar não é positivo, especialmente no Ensino Médio.

De fato, neste segmento, a taxa de abandono atingiu um patamar preocupante de 10,7%, contrastando significativamente com os 5% observados nas escolas urbanas (INEP, 2021). Esta disparidade de quase 50% entre as realidades escolares destaca a necessidade de atenção para enfrentar esse problema.

Quanto à distorção idade-série, os índices divulgados são ainda mais graves e preocupantes. Nos estabelecimentos de ensino do campo, a taxa permanece elevada desde as séries iniciais do ensino fundamental, com aproximadamente 26,2% dos alunos em faixas etárias superiores ao esperado para suas séries. É interessante assinalar que esta defasagem não diminui, mas ao contrário, aumenta nas séries seguintes, atingindo níveis críticos de 47,9% nos anos finais do ensino fundamental e 53,7% no ensino médio, respectivamente (INEP, 2022).

Entretanto, ao analisar as taxas de defasagem idade-série em âmbito municipal, constatam-se resultados ainda mais críticos nas diversas cidades acreanas. Por exemplo, Manoel Urbano, apresenta índices são de 55,4% nos anos iniciais e 78,9% nos anos finais do ensino fundamental. Já Assis Brasil tem 29,6% nos anos iniciais e 74,2% nos anos finais. Feijó registra 43,8% nos anos iniciais, 65,8% nos anos finais e 74,9% no ensino médio. Tarauacá, por sua vez, conta com a proporção de 40% de alunos nos anos iniciais, 65,2% nos anos finais do ensino fundamental e 72% no ensino médio. Santa Rosa do Purus possui uma taxa alarmante de 81,5% no ensino médio, entre outros exemplos que poderiam ser citados (INEP, 2022).

Diante desta conjuntura escolar, Hage (2014) de forma categórica, assevera:

Esse quadro, em grande medida, é resultante da falta e/ou ineficiência de políticas públicas, em particular da política educacional para o meio rural, situação que envolve fatores macro e microestruturais relacionados, como a profunda desigualdade e exclusão social e o fracasso escolar dos sujeitos do campo, expresso nas taxas elevadas de distorção idade-série, de reprovação e de dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, entre outras situações e fatores que comprometem o ensino e a aprendizagem nas escolas rurais. (p.1.174).

A avaliação dessas evidências destaca de forma incisiva a urgência de uma reflexão mais profunda a respeito da educação do campo no Acre. Na verdade, a situação demanda, mais do que nunca, a adoção de medidas efetivas pelos governos locais (estado/municípios)

em parceria como governo federal, com o intuito de priorizar a promoção de um ensino de qualidade, garantindo igualdade de oportunidades e viabilizando o pleno exercício da cidadania para todos os estudantes (CASTRO, 2009, p. 679), especialmente aqueles matriculados nas escolas do campo.

2.3 Outros desafios que incidem na qualidade do ensino nas escolas do campo acreanas

Entre os diversos desafios que impedem a melhoria da qualidade da educação nas escolas do campo no estado do Acre, merece destaque a presença significativa de escolas multisseriadas nas redes de ensino do estado. Segundo o Setor de Estatística da Secretaria Estadual de Educação, Equipe do Censo Escolar (SEE/AC), em todo o Estado existem 1.475 escolas públicas estaduais e municipais (urbanas, rurais e indígenas). Destas, 1.074 estão situadas em regiões rurais e indígenas atendendo a um total aproximado de 76.290 alunos matriculados.

No contexto dessas escolas, chama a atenção o número expressivo de 1.490 salas/classes/turmas multisseriadas, sendo que 1.072 delas estão em funcionamento em 696 escolas do campo, e as restantes 418 estão distribuídas em 231 instituições voltadas às comunidades originárias. Esta organização escolar abrange uma quantidade expressiva de estudantes, totalizando 25.013 matrículas, dos quais 18.731 são do meio rural e 6.282 indígenas.

Em tais ambientes, um único professor enfrenta diariamente a tarefa de ensinar em uma mesma sala de aula, alunos de diferentes séries/anos, com faixas etárias e níveis de aprendizagem variados (MOURA e DOS SANTOS, 2012, p.70). Na prática, essas classes são estruturadas pelas secretarias de educação devido à grande distância entre as comunidades rurais e os centros urbanos, à baixa densidade populacional e à carência de professores qualificados em diferentes níveis de ensino para atender demanda educacional local.

Contudo, mesmo reconhecendo que essas salas são a única alternativa educacional para permitir que crianças, jovens e adultos estudem em suas próprias comunidades – o que poderia motivar a permanência no meio rural, fortalecendo suas identidades culturais e valorizando o ambiente rural –, é inquestionável que esse modelo de organização escolar também enfrenta grandes entraves que prejudicam a conquista do padrão desejado de ensino. Como resultado, os estudantes têm escassas oportunidades para adquirir os conhecimentos

e as competências necessários para progredirem em suas jornadas educacionais (HAGE, 2014, p. 1.173).

Considerando esta realidade, vale ressaltar que essas turmas, compostas por alunos de diferentes níveis de aprendizagem e faixas etária distintas, colocam diante do professor uma série de dificuldades no âmbito didático-pedagógico. Dia após dia, ele lida com a heterogeneidade de habilidades e conhecimentos presentes em uma mesma sala de aula, o que torna extremamente difícil proporcionar um acompanhamento individualizado e efetivo para promover uma aprendizagem eficiente entre os educandos que estão sob a sua responsabilidade.

A situação se torna ainda mais preocupante devido ao fato de que muitos desses profissionais não possuem a formação adequada para o exercício da docência, contando unicamente com o ensino básico, fundamental ou médio. Em alguns municípios acreanos mais remotos, eles são chamados de professores-leigos, pois não tiveram a oportunidade de adquirir a habilitação para o magistério ou ingressar em algum curso superior de licenciatura.

Conforme, dados obtidos junto à equipe do censo escolar, no Estado do Acre, há 1.519 profissionais contratados exclusivamente para atender às classes multisseriadas nas escolas do campo. Desse total, 308 estão alocados nos núcleos de educação da rede estadual, enquanto 1.211 compõem o quadro de docentes das secretarias municipais de ensino (ACRE, 2023).

Quando se considera a formação desses educadores, é possível perceber um panorama educacional bem complexo. Esta constatação torna-se evidente ao observar no quadro a seguir:

Municípios	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Completo	Ensino Médio	Ensino Superior	Total Geral
Acrelândia	-	-	-	-	-
Assis Brasil	-	-	29	19	48
Brasiléia	-	01	21	07	29
Bujari	-	01	05	40	46
Capixaba	-	-	03	05	08
Cruzeiro do Sul	-	-	151	152	303
Epitaciolândia	-	-	07	12	19
Feijó	-	-	52	88	140
Jordão	-	-	43	12	55
Mâncio Lima	-	-	19	30	49
Manoel Urbano	-	-	23	10	33
Marechal T.	-	-	18	28	46
Plácido de Castro	-	-	04	22	26
Porto Acre	-	-	06	13	19
Porto Walter	-	02	110	19	131
Rio Branco	-	-	08	86	94

Rodrigues Alves	-	-	43	32	75
Santa Rosa	03	06	05	01	15
Sena Madureira		01	123	47	171
Senador G.	-	-	02	14	16
Tarauacá	-	-	39	97	136
Xapuri	-	-	21	39	60
Total Geral	03	11	732	773	1.519

Fonte: ACRE, 2023.

Tendo em vista as informações disponíveis, percebe-se que a qualificação do trabalho docente no estado do Acre ainda está aquém do desejado, apesar da implementação do Programa Nacional de Formação de Professores (Parfor) e de outras iniciativas pedagógicas de formação continuada promovidas pelas redes estadual e municipais de educação. Dos 1.519 professores que atuam como regentes nos anos iniciais e finais do ensino fundamental no formato multissérie, cerca de 49,1% ainda carecem de uma formação específica e aprofundada em termos de conhecimentos e habilidades pedagógicas. Esta realidade acaba impactando negativamente na qualidade da educação oferecida aos estudantes matriculados nessas escolas do campo.

Na verdade, a falta de uma formação pedagógica específica impede que muitos desses profissionais enfrentem efetivamente as dificuldades de aprendizagem decorrentes do processo educacional. Isso resulta em uma série de problemas que comprometem a qualidade do ensino, como abordagens inadequadas, limitações na compreensão dos diversos estilos de aprendizagem, implementação de estratégias ineficazes, ambientes de estudos pouco estimulantes e acompanhamento improdutivo devido à ausência de suporte e orientação adequados para auxiliar os alunos a superarem os obstáculos educacionais.

Além das deficiências na formação inicial e continuada, soma-se ainda a instabilidade no emprego que afeta imensamente a vida de uma parte expressiva desses profissionais, pois são contratados pelas redes de ensino como servidores temporários ou terceirizados, enfrentando a constante incerteza de serem dispensados e recontratados no início/fim de cada ano letivo (HAGE, *et al.*, 2016, p.150). Esta insegurança tem um impacto negativo no desenvolvimento do trabalho docente, comprometendo seriamente a capacidade de estabelecer uma prática educacional duradoura, consistente e eficaz.

Ao considerar os indicadores de empregabilidade nas redes de ensino, disponibilizados pela Equipe do Censo Escolar da Secretaria Estadual de Educação, revela uma significativa escassez de condições adequadas de contratação, especialmente para os

professores que atuam em escolas do campo localizadas em regiões remotas, onde o modelo de ensino multissérie emerge como a única alternativa viável para os alunos.

Para evidenciar esta situação, em 2022, apenas 16,5% das vagas foram preenchidas por profissionais efetivo, enquanto 83,5% foram ocupadas por contratações temporárias (ACRE, 2023). Esses números apenas confirmam a instabilidade no emprego e a dependência de contratações temporárias, afetando negativamente a vida e o desempenho profissional de muitos trabalhadores da educação. Isso reflete o lugar secundário que a educação do campo ocupa dentro da política educativa e publica no estado do Acre.

Para além disso, deve-se frisar às condições inadequadas em que esses educadores desempenham suas funções. Muitas escolas localizadas no interior do território acreano sofrem com as deficiências em suas estruturas físicas, e em alguns casos, como destaca Hage (2014), “funcionam em prédios muito pequenos, em péssimo estado de conservação ou em outros espaços alternativos (salões de festas, barracões, igrejas) cedidos pelas próprias comunidades” (p. 1.172).

Durante o período de inverno amazônico, a situação se agrava significativamente, pois as intensas chuvas tornam os ramais e as estradas intransitáveis, dificultando o acesso às escolas. Em comunidades remotas, os professores chegam a residir nas próprias escolas para garantir a realização das aulas aos alunos e evitar prejuízos no calendário escolar.

Inseridos neste contexto desafiador, muitos desses profissionais se deparam não somente com suas responsabilidades habituais, mas também com outros ônus que afetam diretamente sua rotina de trabalho, tais como atrasos frequentes na entrega dos ingredientes para a merenda escolar, escassez de materiais adequados de apoio didático, falta de suporte contínuo por parte das secretarias em relação à formação continuada e acompanhamento pedagógico e etc. Apesar de todas estas adversidades, é indiscutível que o trabalho realizado por esses professores no âmbito dessas escolas do campo é a única e a mais importante oportunidade para que crianças e jovens tenham acesso efetivo à educação básica.

Desse modo, em meio a tantas dificuldades enfrentadas pelas escolas rurais no território acreano, torna-se compreensível a origem dos problemas relacionados com infrequência, reprovação, abandono/evasão escolar e distorção idade-série. Efetivamente, é extremamente difícil implementar um trabalho docente de qualidade diante dessas condições precárias e inadequadas, onde apenas 23% dos estabelecimentos contam com água tratada, 36% possuem energia elétrica, 44% têm uma rede mínima de esgoto, entre outras

adversidades, como acesso limitado à internet (41%) ou ausências de bibliotecas escolares (95%), e assim por diante (INEP, 2022).

Estas condições desmotivam tantos alunos quanto professores, gerando um sentimento de desânimo em relação às escolas rurais e reforçando o estigma de uma educação do campo empobrecida e negligenciada. Como resultado, “muitos indivíduos se veem obrigados a se deslocar para áreas urbanas em busca de oportunidades educacionais mais promissoras” (HAGE, 2014, p.1.172-1.173).

Este desânimo com o mundo rural acaba afetando principalmente os estudantes adolescentes, à medida que eles se conectam cada vez mais com ambientes urbanos por meio de amigos e familiares. Esta crescente exposição acaba desencorajando-os em relação à educação escolar e à permanência no campo. A falta de estímulo e de incentivo vai aos poucos comprometendo o seu vínculo com a sua comunidade local, levando-os a buscar alternativas que são consideradas mais atrativas. Tudo isso reforça a dicotomia entre o campo e a cidade, resultando na marginalização do campo e na desvalorização de sua rica cultura e estilo de vida.

Olhando para a realidade na qual as escolas do campo se encontram, fica claro a tendência de abandono a que são sujeitadas pelas autoridades públicas. Em muitos municípios acreanos, crianças e adolescentes são deslocados das áreas rurais para estudar em unidades de ensino situadas nos centros urbanos, enfrentando trajetos exaustivos e perigosos realizados por ramais precários ou por rios sinuosos, tudo em nome da redução de custos com pessoal e com manutenção dos prédios escolares.

Tal decisão apenas reforça, em muitos casos, o sentimento de exclusão, onde estes estudantes são rotulados como “atrasados” por seus colegas e, em alguns casos, até mesmo por seus próprios professores. Esta dinâmica contribui para acentuar ainda mais as disparidades existentes, perpetuando uma divisão prejudicial na sociedade (FERNANDES; CERIOI e CALDART, 2011, p. 38).

Com base nas circunstâncias apresentadas, não se pode negar que a situação da educação do campo no Acre é motivo de grande preocupação. Neste sentido, urge, mais do que nunca, realizar uma reflexão séria e profunda que estabeleça os alicerces de um projeto educativo inovador para a educação e formação dos sujeitos que vivem no/do campo. Esta tarefa exigirá o engajamento de todos os envolvidos, com o objetivo primordial de assegurar, de maneira inequívoca, que o ensino oferecido às pessoas que vivem no e do campo atenda

aos padrões de qualidade estabelecidos no artigo 206, inciso VII da Carta Magna Brasileira (Brasil, 1988).

Isso implica ir além do mero acesso à escola ou da transmissão de conhecimentos, e implantar uma política educativa e pública que realmente se preocupe com o modo de educar os alunos das escolas do campo, garantindo-lhes um ensino de qualidade que respeite e valorize sua cultura, saberes tradicionais e modos de vida.

Dessa forma, os estudantes serão capacitados a exercer sua autonomia e consciência crítica, tornando-se agentes de mudança em suas comunidades. A educação se revelará como um poderoso instrumento de transformação social, contribuindo para construir um futuro mais equitativo e sustentável nesse ecossistema tão rico e vital para a manutenção do planeta: a Amazônia. Assim, eles estarão preparados para participar ativamente na sociedade em que estão inseridos, fortalecendo seu papel como cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento desta importante região.

Entretanto, para que esse ideal se torne uma realidade de fato, será fundamental que a educação básica do campo no Acre seja tratada como foco principal na agenda das políticas educacionais. Não adiantará mais se limitar a meras elucubrações se nada for feito concretamente para promover mudanças e aprimorar a atual situação. Somente assim será possível garantir um ensino de excelência nas escolas do campo, proporcionando oportunidades reais e igualitárias de desenvolvimento para todos os seus alunos.

Em um estado onde a maioria das unidades escolares são destinadas ao ensino do campo, constata-se que muitas delas têm sido tratadas como uma espécie de restolho pela administração pública, especialmente aquelas situadas em áreas remotas ou de difícil acesso. Por este motivo, torna-se pertinente realizar ações concretas e tangíveis que abordem os principais desafios que prejudicam o adequado desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, tais como a precariedade das infraestruturas escolares, a escassez de serviços básicos e, sobretudo, a falta de investimentos e de apoio a iniciativas de renovação pedagógica, a valorização do magistério e a qualificação dos professores (formação inicial e continuada) e etc.

Portanto, urge mais do que nunca buscar alternativas eficazes que produzam os avanços esperados para o ensino e a aprendizagem dos alunos do campo, proporcionando-lhe uma educação de qualidade.

Para atingir essas metas, será fundamental adotar políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, a valorização da cultura local e o respeito à diversidade. Investir na valorização e na formação docente, infraestrutura escolar e práticas educativas inovadoras também será primordial. Essa combinação formará uma base sólida para uma educação de qualidade, tão aguardada pelos alunos e professores do campo, fornecendo-lhes as reais condições para capacitar-se e colaborar como desenvolvimento econômico da sua região e de todo o estado do Acre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo deste artigo, a educação do campo no estado do Acre enfrenta desafios complexos que impactam significativamente na qualidade do ensino oferecido às comunidades rurais. Ao analisar os caminhos trilhados por esta modalidade da educação básica, torna-se evidente a necessidade de um novo projeto educativo que transcenda os paradigmas obsoletos e abrace uma abordagem inclusiva e sustentável que promova a mudança tão aguardada por todos que vivem no/do campo e que têm direito a uma educação de qualidade.

A concretização desta nova iniciativa requer, antes de tudo, uma metamorfose educacional na educação no e do campo que vá além dos conteúdos curriculares. Isto é, onde cada componente do sistema de ensino seja repensado e redesenhado em consonância com as necessidades e aspirações das populações rurais. Desta maneira, a educação poderá se consolidar como uma poderosa ferramenta para a transformação social e para o desenvolvimento sustentável em toda a região Amazônica.

Frente aos diversos obstáculos que impedem o progresso no ensino e a aprendizagem dos alunos do campo, não poderemos nos abster, assumindo uma postura passiva. Ao contrário, mais do que nunca, devemos nos unir como agentes públicos, educadores e membros da sociedade civil para enfrentar corajosamente a difícil realidade vivenciada diariamente por tantos alunos e professores no interior das escolas do campo do estado. Para tanto, precisamos defender políticas públicas específicas para o campo, a fim de superar todos os preconceitos e discriminações, e propor novos caminhos a serem trilhados que conduzam com segurança toda a educação do campo no Acre em direção a um futuro melhor e próspero.

É bom esclarecer que a proposta educativa que aqui se apresenta não deve ser encarada como uma mera elucubração mental, destituída de sentido ou fundamento. Na verdade, ela é uma exigência inadiável para este atual momento de nossas existências. Por isso, iniciar este diálogo é uma ação importante e oportuna, tendo em vista a urgência do tempo, que nos demanda tomar posições firmes e efetivas no âmbito das políticas educativas e públicas direcionadas à educação do campo que contemplem todo o território acreano. Continuar como estamos não é mais viável, pois a realidade nos impõe desafios inegáveis que afetam incisivamente a educação do campo. Neste contexto, é preciso buscar soluções inovadoras que rompam com os paradigmas ultrapassados e proponham uma visão mais ampla, inclusiva e progressista de uma educação que se preocupe, sobretudo, com o jeito de educar de quem é do campo.

O objetivo será construir ambientes escolares onde os alunos se identifiquem os conteúdos que estão sendo estudados e compreendam sua importância e sentido para o mundo onde estão inseridos. Essa abordagem pedagógica centrada nas particularidades do contexto rural possibilitará uma aprendizagem mais significativa e relevante, conectando o conhecimento formal à sua realidade, para que possam aplicá-lo em suas vivências e experiências diárias. Assim, ao se sentirem respeitados e valorizados dentro do processo de ensino-aprendizagem, eles encontrarão um propósito mais profundo na educação/escola, sentindo-se motivados a prosseguir em sua trajetória escolar com entusiasmo e determinação.

Neste empenho por uma educação do campo mais autêntica e transformadora, a escola deverá ser pensada e concebida a partir da realidade dos alunos e aprendizagem estará intrinsecamente ligada às suas vivências, dialogando harmonicamente com os saberes acadêmicos e com os desafios globais contemporâneos.

Inseridos neste novo cenário, os educadores desempenharão um papel essencial, atuando como facilitadores e mediadores, incentivando a participação ativa de todos na construção do conhecimento. Com isso, os conteúdos curriculares ganharão sentido e relevância, permitindo que eles encontrem significado no aprendizado.

Portanto, é fundamental que os órgãos governamentais reconheçam a importância do investimento na educação do campo, visto que isso beneficia o estado como um todo ao cumprir a determinação constitucional de assegurar uma educação de qualidade para todos, independentemente de estarem no campo ou na cidade. Além de fortalecer a cidadania e

promover a inclusão social, esta abordagem reduz os preocupantes indicadores sociais e educacionais que afetam a população acreana. Diversificar os investimentos educacionais, garantindo acesso equitativo e recursos adequados, tem o potencial de reduzir o analfabetismo, impulsionar o aumento das oportunidades de emprego e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Acredita-se que ao caminhar em direção a este horizonte de transformação, o estado do Acre trilhará um percurso exemplar, tornando-se um modelo de progresso a ser seguido, ao oferecer uma educação de qualidade que capacita toda a sua população para enfrentar com solidez os percalços do momento presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

4.1 Documentos

1. ACRE. Censo Escolar Estadual - Dados Consolidados em 2022. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes – SEE/AC – Setor de Estatística, Rio Branco, 2023.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acessado em 31 de maio de 2023.
3. BRASIL. Notícias Regionalizadas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Governo Federal, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/05/708-reais-e-o-valor-medio-pago-no-acre-pelo-bolsa-familia-o-segundo-maior-do-pais>. Acessado em 30 de maio de 2023.
4. IBGE. Sinopse do Censo Demográfico: Densidade Demográfica segundo as Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>. Acessado em 26 de maio de 2023.
5. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 27 de maio de 2023.
6. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) – Rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acessado em 26 de maio de 2023.
7. INEP. Censo Escolar: Dados Consolidados em 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acessado em 26 de maio de 2023.

8. INEP. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb): Documentos de Referência (Versão Preliminar). Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acessado em 28 de maio de 2023.
9. INEP. *Censo Escolar: Dados Consolidados em 2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acessado em 29 de maio de 2023.

4.2 Bibliografias

10. BORGES, Maria F. de Souza Oliveira; SILVA, Ilce Ferreira da; KOIFMAN, Rosalina. Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 25 (6), p. 2.242, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.12082018>. Acessado em 13 de junho de 2023.
11. CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma Educação no Campo*. 5. ed., Petrópolis, RJ, Editora Vozes, p. 149-158, 2011.
12. CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. In: *Revista Educ. Soc.*, Campinas, 30 (108), p. 673-697, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 16 de junho de 2023.
13. FERNANDES, Bernardo Mançano; CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo. Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo: Texto Preparatório. In: Arroyo, Miguel Gonzalez; Caldart, Roseli Salete & Molina, Mônica Castagna (Org.). *Por uma Educação no Campo*. 5. ed., Petrópolis, RJ, Editora Vozes, p. 21-62, 2011.
14. HAGE, Salomão Mufarrej, *et al.* *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará*. Belém, PA, Gráfica e Editora Gutemberg Ltda., 2005.
15. HAGE, Salomão Mufarrej. Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo. In: *Revista Educação & Sociedade*, 35, p. 1.165-1.182, 2014.
16. HAGE, Salomão Mufarrej, *et al.* *Educação superior do campo: desafios para a consolidação da licenciatura em Educação do Campo*. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, MG, 32 (4), p. 147-174, 2016.
17. MOURA, Terciana Vidal; DOS SANTOS, Fábio Josué Souza. A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. In: *Revista Debates em Educação*, 4 (7), p. 65-86, 2012.